

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LICENCIATURA E BACHARELADO EM LETRAS/ LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS

DISCIPLINA:
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Professoras Autoras: Gladis Perlin e Karin Strobel

Florianópolis, 2008

APRESENTAÇÃO

Na disciplina ***Fundamentos da Educação de Surdos*** buscamos os conhecimentos dos fundamentos filosóficos, históricos, sociológicos e econômicos da Educação e com isto procuramos refletir a realidade da educação de surdos no Brasil.

O que nos trouxe ao encontro de vocês foi a necessidade de dialogarmos sobre os fundamentos da educação de surdos. E estamos sentindo que não é suficiente aquilo que é próprio da educação. Nem as aberturas buscadas pelas atuais posições culturais dos surdos. O que importa são aqueles os signos e significados fortes que deslocam as velhas construções e anunciam elementos novos e velhos que vão sendo agrupados de forma a movimentar os fundamentos da educação de surdos.

Estas mudanças de visões mostram os resultados daquilo que os surdos hoje queremos dizer como sendo um novo jeito de ser surdo. Ser surdo com identificação naquilo que rompe nos aspectos que envolvem a educação no que nos entendia como deficientes. Nosso impulso é para que ela não mais fique nas malhas da “correção”, mas nas orientações fundamentais que despertam nossa diferença para as condições de existência.

De nosso ponto de vista os fundamentos da educação passam a ser teorizados a partir dos espaços da cultura surda. Que pode ser definida como sendo: história cultural, língua de sinais, identidades diferentes, leis, pedagogia surda, literatura surda, e outros jeitos de ver o mundo ou seja dos espaços de Estudos Culturais e em Estudos Surdos. Estes oferecem possibilidades (de teorizar) não são mais a partir do tradicional cujo estilo de pensamento era fundamentalmente particular para o qual as proposições surdas eram empíricas. Hoje tal posição mudou e os espaços surdos na educação se revestem de significados com o trabalho pensado dentro de

certas tradições históricas, e atuais que renovam o espaço da educação do surdo.

Assim de maneira alguma, as concepções entendidas como sendo da educação especial faz parte dos fundamentos da educação dos surdos. Com a presença dos Estudos Culturais temos novos pontos de partida alguns apontamentos que direcionam:

- 1. Um breve passeio pelas raízes da história de educação de surdos**
- 2. Modelos educacionais na educação de surdos**
- 3. Identidades surdas fundamentando a educação.**
- 4. A História da legislação e educação de surdos**
- 5. Legislação e educação de surdos nos dias atuais**
- 6. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais**

Pode-se dizer que agora os termos de fundamentos de educação dos surdos convergem em torno da mesma problemática. Aqui estão a respeito varias diferenças importantes que não mais se fundam na velha pedagogia de cunho ouvicentrico, isto é, que está centralizada numa concepção do “ser ouvinte”.

Desejamos muito empenho em seus estudos, e não prometemos uma fácil compreensão da realidade educacional dos surdos, no entanto, nos estudos culturais eles são o que há de possível no momento.

Apresentamos aqui os objetivos que norteiam nossos estudos nesta disciplina.

OBJETIVO GERAL

Buscar conhecimentos dos fundamentos filosóficos, históricos, sociológicos e econômicos da Educação de Surdos para que seja possível

identificar a língua de sinais, seus espaços, sua possibilidade da emergência de posições didáticas e sua percepção como língua de um povo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Fundamentar a língua de sinais com suas possibilidades na história
- ✓ Mostrar as resistências da língua de sinais face ao historicismo
- ✓ Identificar fundamentos legais da educação de surdos
- ✓ Apresentar os fundamentos da educação dos surdos
- ✓ Procurar refletir a realidade da educação de surdos no Brasil
- ✓ Fomentar a análise crítica do papel da Educação de Surdos diante da realidade sócio-cultural brasileira
- ✓ Estimular a discussão das relações existentes entre educação de surdos, cultura e língua de sinais.

UNIDADE 01 - UM BREVE PASSEIO PELAS RAÍZES DA HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Para refletirmos as fundamentações da educação de surdos atual, não há nada melhor do que fazer um breve passeio pelas raízes da história de surdos.

Conhecer a história de surdos não nos proporciona apenas para adicionarmos conhecimentos, mas também para refletirmos e questionarmos diversos acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas, por exemplo, por que atualmente apesar de se ter uma política de inclusão, o sujeito surdo continua excluído?

A história da educação de surdos não é uma história difícil de ser analisada e compreendida, ela evolui continuamente apesar de vários impactos marcantes, no entanto, vivemos momentos históricos caracterizados por mudanças, turbulências e crises, mas também de surgimento de oportunidades.

Como vemos pelo título do texto *'Um breve passeio pelas raízes da história de educação de surdos'*.

Porque raízes?

É pelas raízes numa história que surge revelações trazendo à luz as discussões educacionais das diferentes metodologias, pode-se observar que a raiz central das disputas sempre esteve ligada a respeito da língua, ou seja, se os sujeitos surdos deveriam desenvolver a aprendizagem através da língua de sinais ou da língua oral?

Antes de surgirem estas discussões sobre a educação, os sujeitos surdos eram rejeitados pela sociedade e posteriormente eram isolados nos asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua 'anormalidade', ou seja aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, viam-nos como 'anormais' ou 'doentes'

Muitos anos depois os sujeitos surdos passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma visão de assistencial excluída.

Naquela época, não tinham escolas para os sujeitos surdos. Com esta preocupação educacional de sujeitos surdos fizeram surgir numerosos professores que desenvolveram seus trabalhos com os sujeitos surdos e de diferentes métodos de ensino.

Quando nós observamos atentamente a situação atual da educação de surdos, nós podemos perceber que houve ruptura em alguma parte de história de surdos e que esta ruptura está aos poucos sendo preenchida nestas últimas décadas.

Até recentemente os povos surdos sofreram com esta ruptura, pois para a maioria deles a educação verdadeira começou somente depois quando saíram da escola na idade de adolescência, ao terem contato com os outros sujeitos surdos adultos nas associações de surdos.

O ano de 1880 foi o clímax da história de surdos, que adicionou a força de um lado de muitos períodos de duelos polêmicos de opostos educacionais: a língua de sinais e o oralismo.

Neste ano foi realizado um Congresso Internacional de Professores de Surdos em Milão, Itália, para discutir e avaliar a importância de três métodos rivais: língua de sinais, oralista e mista (língua de sinais e o oral).

Os temas propostos foram: vantagens e desvantagens do internato, tempo de instrução, número de alunos por classe, trabalhos mais apropriados aos surdos, enfermidades, medidas, medidas curativas e preventivas, etc. Apesar da variedade de temas, as discussões voltaram-se às questões do oralismo e da língua de sinais. (BORNE, 2002, p.51)

Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a

sua identidade surda e se submeteram a uma 'etnocêntrica ouvintista', tendo de imitá-los.

Por exemplo: houve avanços na visão clínica, que faziam das escolas dos surdos espaços de reabilitação de fala e treinamento auditivo preocupando-se apenas em 'curar' os surdos que eram vistos como 'deficientes' e não em educar.

Após o congresso, as maiorias dos países adotaram rapidamente o método oral nas escolas para surdos proibindo oficialmente a língua de sinais e ali começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito lingüístico cultural.

Não foi sempre assim, havia momentos antes do congresso de 1880 em que a língua de sinais era mais valorizada.

Por exemplo: havia professores que juntavam na tarefa de demonstrar a veracidade da aprendizagem dos sujeitos surdos ao usar a língua de sinais e o alfabeto manual e em muitos lugares havia professores surdos.

Na época os povos surdos não tinham problemas com a educação, maiorias de sujeitos surdos dominavam na arte da escrita e há evidência que haviam muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bens sucedidos.

Houve a crise séria entre a cultura surda e a educação, pois ao percorrer a trajetória histórica do povo surdo e suas diferentes representações sociais vemos os domínios do ouvintismo relativos a qualquer situação relacionada à vida social e educacional dos sujeitos surdos.

Houve fracassos na educação de surdos devido à predominância do oralismo puro na forma de ouvintismo, entretanto, em últimos 20 anos começaram perceber que os povos surdos poderiam ser educados através da língua dos sinais.

A votação de Congresso de Milão provocou um 'rombo' que ocasionou a queda de educação de surdos e agora os povos surdos estão criando forças e animo para levantarem-se e lutarem pelos seus direitos a educação.

Entretanto, isto não significou a banimento dos métodos oralistas, que continuaram a ser utilizados até hoje, mas a língua de sinais, cultura e identidade surda ganharam mais potencia e sendo mais valorizada.

A proibição da língua de sinais por mais de 100 anos sempre esteve viva nas mentes dos povos surdos até hoje, no entanto, agora o desafio para o povo surdo é construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, a emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo de identidade cultural!

REFLEXÃO

Em síntese, a história dos Surdos, contada pelos não-Surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os Surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (SÁ, 2004, p.3)

CONCEITOS

Ouvintismo: “(...) é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”.(SKLIAR, 1998, p 15).

Visão Clínica: nesta visão a escola de surdos só se preocupa com as atividades da área de saúde, vêem os sujeitos surdos como pacientes ou ‘doentes nas orelhas’ que necessitam serem tratados a todo custo por exemplo: os exercícios terapêuticas de treinamento auditivos e os exercícios

de preparação dos órgãos fonador, que fazem parte do trabalho do professor de surdos quando atua na abordagem oralista. Nesta visão clínica geralmente categorizam os sujeitos surdos através de graus de surdez e não pelas suas identidades culturais.

Povo Surdo: “Quando pronunciamos ‘povo surdo’, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços”. (STROBEL, 2008, p.29).

Comunidade Surda: Então entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes- membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros- que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. (...) Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (STROBEL, 2008, p.29).

Estereótipo: “(...) é uma visão supersimplificada e usualmente carregada de valores sobre as atitudes, comportamento e expectativas de um grupo ou de um indivíduo. Tais visões, que podem ser profundamente baseadas em culturas sexistas, racistas ou preconceituosas, são altamente resistentes à mudança e tem um papel significativo na modelagem das atitudes dos membros da cultura para com os outros (...)” (EDGAR e SEDGWICK, 2003, p.107)

Ser Surdo: (...) olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença (PERLIN E MIRANDA, 2003, p.217)

Etnocentrismo: De acordo com ROCHA (1984), ‘etnocentrismo’ é “*uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados (...) através dos nossos valores...*”, partindo deste conceito, dentro do contexto de história de surdos, podemos dizer que ‘etnocêntrica ouvintista’ é a idéia de sujeitos ouvintes que não aceitam os sujeitos surdos como diferença cultural e sim que eles tem de moldar com modelo ouvinte, isto é, tem de imitar aos ouvintes falando e ouvindo.

PARA LEITURAS COMPLEMENTARES SUGERIMOS:

- SKLIAR, Carlos, *Educação & exclusão: abordagens sócio-*

antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997

- _____ *La educación de los sordos – Una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica*. Mendoza: EDIUNC, 1997
- SÁ, Nídia Regina Limeira de, *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.
- SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990

UNIDADE 02 - MODELOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

No princípio da história de educação de surdos os sujeitos surdos eram considerados intelectualmente 'inferiores', por isso eram trancados em asilos e quando se perceberam que os sujeitos surdos tinham a capacidade de aprender e com isto surgiram pesquisas e experimentos das diferentes metodologias e formas adaptadas de ensino.

Neste trabalho procuramos fundamentar nos cinco modelos educacionais na educação de surdos e presentes em maior ou menor intensidades nas escolas para surdos que são o Oralismo, a Comunicação Total, o Bilingüismo, a Pedagogia do Surdo e processo Intercultural.

- **ORALISMO,**
- **COMUNICAÇÃO TOTAL**
- **BILINGÜISMO.**
- **PEDAGOGIA DO SURDO**
- **MEDIAÇÃO INTERCULTURAL**

2.1. O Oralismo e suas estratégias

Na história houve uma época que tinha ampla valorização e aceitação da língua de sinais e a partir do congresso de Milão de 1880, a língua de sinais foi banida completamente na educação de surdos impondo ao povo surdo o oralismo.

Devido á evolução tecnológicos que facilitavam a prática da oralização pelo sujeito surdo, o oralismo ganhou força a partir da segunda metade do século XIX.

A modalidade oralista baseia-se na crença de que é a única forma desejável de comunicação para o sujeito surdo, e a língua de sinais deve ser evitada a todo custo porque atrapalha o desenvolvimento da oralização.

COMENTÁRIO

Tem muitos métodos orais diferentes na educação com os surdos, 'o oralismo' é um dos recursos que usa o treinamento de fala, leitura labial, e outros, este recurso é usada dentro das metodologias orais, entre eles, o 'verbotonal', 'oral modelo' 'materno reflexivo', 'perdoncini' e entre outros.

Essa concepção de educação enquadra-se no modelo clínico, esta visão afirma a importância da integração dos sujeitos surdos na comunidade de ouvintes e que para isto possa ocorrer-se o sujeito surdo deve oralizar bem fazendo uma reabilitação de fala em direção à "normalidade" exigida pela sociedade.

O oralismo, ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o Português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. (GOLDFELD, 1997, pp. 30 e 31)

E com isto persistiu a aplicação de inúmeros métodos oralistas, geralmente estrangeiros, buscando estratégias de ensino que poderiam transformar em realidade o desejo de ver os sujeitos surdos falando e ouvindo, fazendo com que os órgãos governamentais dessem enormes verbas para a aquisição de equipamentos em que pudessem potencializar os restos auditivos e com os projetos de formação de professores leigos que muitas vezes faziam o papel de fonoaudiólogos, ficando assim a proposta educacional direcionada somente para a reabilitação de fala aos sujeitos surdos.

Dessa forma, até recentemente muitos sujeitos surdos foram triados e avaliados clinicamente, encaminhados em escolas públicas e foi estimulada a criação de instituições de reabilitação particulares.

COMENTÁRIO

Na área de saúde classificam-se os surdos através de exames audiometrias. Graus de surdez mais conhecida é: **Leve/ Moderada/ Severa / Profunda**

Audiometria: exame da audição realizado por meio de instrumentos e avaliação da capacidade para apreender os diferentes sons da fala e de classificação de surdez em vários graus.

Segundo DORZIAT (2006) as técnicas mais utilizadas no modelo oral:

- ✓ **O TREINAMENTO AUDITIVO**
- ✓ **O DESENVOLVIMENTO DA FALA**
- ✓ **A LEITURA LABIAL**

- **O treinamento auditivo:** estimulação auditiva para reconhecimento e discriminação de ruídos, sons ambientais e sons da fala, geralmente fazem treinamento com as aparelhagens como AASI, e outros.

CONCEITO:

AASI: é o aparelho de amplificação sonora individual, que aumenta os sons, possibilitando que o sujeito com surdez consiga escutar, este aparelho auditivo, tem vários tipos de fabricações e de diferentes modelos,

o mais tradicional é o colocado atrás da orelha com molde da orelha interna, é conhecido popularmente como 'aparelho auditivo'.

- **O desenvolvimento da fala:** exercícios para a mobilidade e tonicidade dos órgãos envolvidos na fonação, lábios, mandíbula, língua etc, e exercícios de respiração e relaxamento,
- **A leitura labial:** treino para a identificação da palavra falada através da decodificação dos movimentos orais do emissor

COMENTÁRIO

Essa técnica de leitura labial: "ler" a posição dos lábios e captar os movimentos dos lábios de alguém está falando é só útil quando o interlocutor formula as palavras de frente com clareza e devagar. (...) a maioria de surdos só conseguem ler 20% da mensagem através da leitura labial, perdendo a maioria das informações. Geralmente os surdos 'deduzem' as mensagens de leitura labial através do contexto dito.

Na década de anos 60, brotou a língua dos sinais associada com a oralização, surgindo o modelo misto denominado de Comunicação Total que trouxe o reconhecimento e valorização de língua de sinais que foi muito oprimida e marginalizada por mais de 100 anos.

2.2. Comunicação Total uma modalidade miscigenada

De acordo com Denton apud Freeman, Carbin, Boese (1999), a definição citada freqüentemente sobre a Comunicação Total é a seguinte:

A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos lingüísticos: gestos criados pelas crianças, língua de

sinais, fala, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita. A Comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura oro-facial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo (p.171)

A Comunicação Total foi desenvolvida em meados de 1960, após do fracasso de Oralismo puro em muitos sujeitos surdos, começaram a ponderar em juntar o oralismo com a língua de sinais simultaneamente como uma alternativa de comunicação.

PARA REFLETIR

Vários autores publicados pronunciam criticamente dessa modalidade mista, dizem que o maior problema é a mistura de duas línguas, a língua portuguesa e a língua de sinais resultando numa terceira modalidade que é o 'português sinalizado', essa prática recebe também o nome de 'bimodalismo' que encoraja o uso inadequado da língua de sinais, já que a mesma tem gramática diferente de língua portuguesa.

2.3. O Bilingüismo e sua aproximação do cultural

A modalidade Bilíngüe é uma proposta de ensino usada por escolas que se sugerem acessar aos sujeitos surdos duas línguas no contexto escolar. As pesquisas têm mostrado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como primeira língua e a partir daí se passam para o ensino da segunda língua que é o português que pode ser na modalidade escrita ou oral.

O Bilingüismo caracteriza-se da seguinte forma:

O Bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua , a língua oficial de seu país(...)os autores ligados ao Bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 1997, p. 38)

Na ideologia de bilingüismo as crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros.

Para discutir essa questão, SKLIAR (1998-b) apresenta quatro diferentes projetos políticos que sustentam e subjazem à educação bilíngüe para surdos:

- ✓ **O bilingüismo com aspecto tradicional**
- ✓ **O bilingüismo com aspecto humanista e liberal**
- ✓ **O bilingüismo progressista**
- ✓ **O Bilingüismo critico na educação surdos**

- O bilingüismo com aspecto tradicional.

Apresenta uma visão colonialista sobre a surdez. Impera o ouvintismo e a identidade incompleta dos surdos. Os professores continuam com sua formação nos modelos da educação com idéias clínicas. Esse tipo de bilingüismo tende à globalização da cultura.

- O bilingüismo com aspecto humanista e liberal

Considera a existência de uma igualdade natural entre ouvintes e surdos. A desigualdade, no entanto, mostra a existência de uma limitação de oportunidade social aos surdos. Isso se constitui numa pressão para aqueles que vivem a situação de desigualdade histórica e são forçados a alcançar uma certa igualdade.

- O bilingüismo progressista

Tende a aproximar-se e a enfatizar a noção de diferença cultural que caracteriza a surdez, porém essencializa e ignora a história e a cultura. Assim, seriam Surdos (com S maiúsculo), porém não comprometidos com seus aspectos políticos.

- O Bilingüismo crítico na educação surdos

Sublinha o papel *'desempeña la lengua y las representaciones en la construcción de significados y de identidades sordas'*

Na realidade esta modalidade tem seus pontos positivos e negativos, tem escolas que usam língua de sinais como mediação com o oral e não como a produção cultural lingüística, treinam o oralismo como sendo a primeira língua, usando o método tradicional, esforçando para adquirir os equipamentos tecnológicos que possibilitem mostrar a capacidade do surdo aproximar-se a um modelo ouvinte e dizem que fazem trabalho bilíngüe com os surdos, mas na prática não é feita corretamente.

REFLEXÃO

Vemos que hoje em dia ainda existem muitas praticas ouvintistas e escolas usando métodos ultrapassados, não se preocupando em atualizar participando em congressos e cursos, ou ainda iniciam dizendo serem a favor em língua de sinais e aos poucos, sem ninguém perceber vão diminuindo-o, assim como afirma FELIPE (2004) “*Aceita-se programas bilíngües transitórias, que iniciando com a Libras, gradualmente substituirá essa língua pela língua portuguesa*”.

Para ter um modelo cultural realmente venturoso, os povos surdos aspiram pela valorização de língua de sinais como a primeira língua e tendo suas opiniões respeitadas, pois os sujeitos ouvintes continuam sempre decidindo por sujeitos surdos, disputando em relação de poder acima dos lideres surdos em diversas áreas, onde eles são importantes participar e acima de tudo querem a ‘*dignidade*’ de Ser Surdo!

Esta verdade sublime o Surdo encontra quando entra para o mundo totalmente visual - espacial da Comunidade Surda interagindo com a Cultura Surda, Artes Surdas, Identidade Surda, Língua de Sinais dos Surdos Urbanos e dos Índios Surdos, Pedagogia Surda em toda a sua complexidade e diferenças. (VILHALVA, 2004)

2.4. Pedagogia Surda: traços culturais da diferença e da mediação intercultural

Saindo das modalidades tradicionais de educação de surdos que trabalham com a ‘normalidade’ ou ‘métodos clínicos’ ou que usam outros ‘métodos de regulação’, entramos na modalidade da **diferença**.

Fundamentar a educação de surdos nesta teorização cultural contemporânea sobre a identidade e a diferença parece ser o caminho hoje.

Entramos em momentos que primam pela defesa cultural: a educação na diferença na mediação intercultural.

Esta modalidade oferece fundamento para a educação dos surdos a partir de uma visão em uma outra filosofia invariável hoje. Em que a educação dá-se no momento em que o surdo é colocado em contato com sua diferença para que aconteça a subjetivação e as trocas culturais.

A modalidade da '*diferença*' se fundamenta na subjetivação cultural. Ele surge no momento que os surdos atingem sua identidade, através da diferença cultural, surge no espaço pós-colonial. Neste espaço não mais há a sujeição ao que é do ouvinte, não ocorre mais a hibridação, ocorre a aprendizagem nativa própria do surdo.

É uma modalidade querida e sonhada pelo povo surdo, visto que a luta atual dos surdos é pela constituição da subjetividade ao jeito surdo de ser.

Outro ponto importante em que a educação de surdos pode fundamentar-se hoje está no procedimento intercultural que trabalha com as identidades surdas constituídas.

Este procedimento intercultural de educação de surdos é um processo coerente com a necessidade de habilidades e competências, face à necessidade do sujeito surdo posicionar-se frente às diferentes culturas e suas peculiaridades. O procedimento, a parte do conceito de que: *Todos nós nos localizamos em vocabulários culturais e, sem eles, não conseguimos produzir enunciações enquanto sujeitos culturais* (Hall, 2003, p. 83). Em vista do intercultural requerer produções para as trocas, defesas e afirmações, este procedimento dispõe o sujeito surdo para a mediação cultural.

O procedimento da mediação cultural não rejeita a cultura ouvinte. A cultura ouvinte está aí como cultura, e a metodologia arma estratégias para a posição de diferença, para a afirmação cultural.

Neste procedimento o processo inverte a regulação. Não é mais o ouvinte que regula o surdo, não é mais o anômalo, ou o surdo excluído na sua inferioridade. É a cultura surda que regula o surdo em direção a seu ser

diferente e a sua defesa diante daquilo que chamo de praticas discriminatórias que mapeiam populações sobre marcas visíveis e transparentes de poder que as mantém na subalternidade.

É neste sentido que surge o modelo que se segue ao bilingüismo crítico e não tem somente a língua de sinais, como língua de instrução. Em termos de currículo, como diz Silva (2000, p. 97),

O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em cheque nossa própria identidade. A questão da Identidade, da diferença e do outro é um problema social e ao mesmo tempo é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável.

O modelo se sobressai por acabar com as praticas de regulação subjetivadas ao modelo ouvinte e por introduzir a questão cultural.

É importante dizer que este procedimento está constituído no interior da cultura e da diferença, de forma a favorecer a subjetivação. Nesta perspectiva, a pedagogia e o currículo têm a identidade e a diferença como questões de política.

A sua posição enunciativa, para os tempos atuais, é complexa e problemática, mas presente. A concepção de Hall (1997) para aquilo que ele chama de fechamento arbitrário é oriunda de um outro olhar sobre o sujeito surdo que quer ser aceito como é, com sua identidade e sua diferença. Este fechamento é necessário ao sujeito para a abertura de espaços de subjetivação das identidades. Nesse caso surdos que estão defendendo que não há mais surdez, deficiência, mas a educação deve ser constituída de uma outra modalidade metodológica, com base na cultura surda. E também neste caso os ouvintes estão olhando para o surdo como sendo diferentes, isto é aqueles que são portadores de outra cultura.

CONCEITO

Diferença: Refere-se às diferenças culturais nos diversos grupos sociais. Por diferença entende-se a diferença mesma não contendo aspectos da mesmidade que posições iluministas pregam para atingir a perfeição.

Intercultural: para fleuri (2000).o que é inovador em educação é o iniciar a focalizar momentos e processos produzidos face as diferenças culturais. Nesta direção, a perspectiva intercultural pode estimular os surdos a enfatizar os aspectos de identidade/alteridade com estímulos para desenvolver a capacidade de reflexão sobre a diferença cultural, ao lado da possibilidade solidária de interação com outros grupos culturais.

Identidade cultural – é uma forma de distinguir os diferentes grupos sociais e culturais entre si. A identidade cultural pode ser melhor entendida se considerarmos a produção da política da identidade, que também dá origem a esta metodologia da educação do surdo.

Para aumentar seu conhecimento sobre os modelos educacionais de surdos, sugerimos que assista aos seguintes filmes:

- Filhos do Silêncio
- Seu nome é Jonah

PARA LEITURAS COMPLEMENTARES SUGERIMOS

QUADROS, Ronice. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

SKLIAR, Carlos (org.) *Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Processos e projetos pedagógicos*. Volume I Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

_____ *Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Interfaces entre pedagogia e lingüística*. Volume II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999

FERNANDES, Eulália (org). *Surdez e Bilingüismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

UNIDADE 03 - IDENTIDADES SURDAS FUNDAMENTANDO A EDUCAÇÃO: AS IDENTIFICAÇÕES E OS LOCAIS DAS IDENTIDADES

A educação que os surdos queremos tem fundamentos numa série de pressupostos culturais entre eles deve estar inserida na identidade, alteridade, cultura e diferença surda.

A cultura surda é constituída de significantes e significados, tal como é contada nas narrativas surdas. Vejamos alguns aspectos da cultura surda contidos nas narrativas surdas. Primeiramente temos narrativas pedagógicas onde enfatiza o jeito surdo de ensinar, onde apela por estratégias de ensino visuais, transmissão de conhecimentos em língua de sinais, com presença de professores surdos; as narrativas da política pedem outras considerações em relação às leis, métodos de educação, saúde; as narrativas lingüísticas que apelam pela diferença e autenticidade de nossa língua de sinais; as narrativas da identidade remetem a que o sujeito subjetiva e simplesmente se reconheça surdo; as narrativas das artes como literatura, teatro, piadas, bem como na poesia, que, como disse Raquel Sutton Spencer (2005), enfatizam e celebram a beleza e a complexidade de nossa língua de sinais, pedem respeito a nossa diferença enquanto surdos, constroem relacionamentos sociais e nos defendem das ameaças à nossa identidade, transmitem valores culturais motivando a troca de experiências sobre o ser surdos, celebram o sucesso do surdo e do povo surdo. Estas narrativas, sem pretender esgotar sobre o assunto remetem para a riqueza e expressividade da cultura surda.

É nesta série de narrativas que enfatizam nossa cultura, moldam a nossa identidade que vamos tecendo a nossa identificação dos surdos. Vale a afirmação de Hall (2003, p: 83) “todos nos localizamos em vocabulários culturais e sem eles não conseguimos produzir enunciações enquanto sujeitos culturais”. A cultura surda tem seus locais pelos quais convido você, agora, a transitar, alguns locais onde as identidades surdas se constituem. Porém lembre-se que a identidade surda não fica restrita a estes pontos de identificação, ela principalmente se constitui no encontro eu-outro.

Para iniciar, temos um exemplo. As concentrações surdas de Porto Alegre tem sido um tema constante nas narrativas. Foi lá que entre os anos de 1986 a nossos dias iniciou uma nova fase pela política surda nos aspectos principais que movimentaram os direitos dos surdos no Brasil e redirecionaram a política nacional para os surdos: educação, direitos, língua, saúde, leis, defesas culturais e pesquisas. Assim sendo, Porto Alegre é local capaz de lançar luzes de identificação política e cultural, uma cidade de referencia identitária para os surdos do Brasil. Aquela cidade contém a historia de vida de muitos sujeitos surdos e enfatiza como aconteceram os elos fortes, os embates o local de memória aquilo que poderíamos denominar de terra de origem, de determinação de construir identidades surdas. Muitos surdos do Brasil todo buscam Porto Alegre, lugar que pode soar como “um novo começo, empenhar de novo, levar uma vida melhor”no dizer de Sarup (p. 269).

Mas seria errôneo ver Porto Alegre como único local de identificação. Isto adere do fato de que as identidades surdas são múltiplas. Há locais que estabelecem elos e as identidades aceitam estes fragmentos. Assim ser surdo da capital gaúcha não é o mesmo que ser surdo do interior gaúcho.

Na verdade existem identificações com o local. Assim a identidade surda também se constitui no local. Se olharmos as interferências da família, da associação, da escola, da cidade, do interior nas identidades veremos elas se constituírem diversamente.

Vamos ensaiar nossa identidade subordinada a nosso semelhante surdo. Inicialmente vamos analisar o que uma professora surda sinalizou em língua de sinais sobre seu passado quando aconteceu o seu encontro surdo-surdo.

[...] aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificava eles identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual.
(PERLIN, 1998, p. 54)

cultura surda é trazida como elemento constituidor de nossas identidades como surdos, na relação de poder com os ouvintes e na produção

de significados a respeito de nós, do nosso grupo, de outros grupos culturais. O encontro surdo-surdo representa, pois, a possibilidade de troca de significados de constituição de identidades. Assim, o outro igual, o mesmo, é aquele que usa a mesma língua e que consegue construir possibilidades de troca efetiva e compartilhar o processo político que significa e dá sentido.

CONCEITO

Narrativas culturais - geralmente na teoria cultural se identifica como narrativas aqueles discursos dos sujeitos ou grupos que estão marcados por práticas culturais

Encontro surdo-surdo: Processo de encontro entre dois sujeitos surdos em que acontece a sutura. O termo sutura pode ser usado em Estudos Culturais para referir ao processo pelo qual o sujeito constrói sua identidade em interação com o outro semelhante.

Cultura surda: Os resultados das interações dos surdos com o meio em que vivem, os jeitos de interpretar o mundo, de viver nele se constitui no complexo campo de produções culturais dos surdos com uma série de produções culturais que podem ser todas como produções culturais ou seja: língua de sinais, identidades, pedagogia, política, leis, artes, etc...

PARA LEITURAS COMPLEMENTARES SUGERIMOS

- HALL, Stuart, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2004.

- PERLIN, Gládis T.T. *Identidades surdas*. In Skliar Carlos (org.) *A Surdez*:

um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998

UNIDADE 04 - A HISTÓRIA DA LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

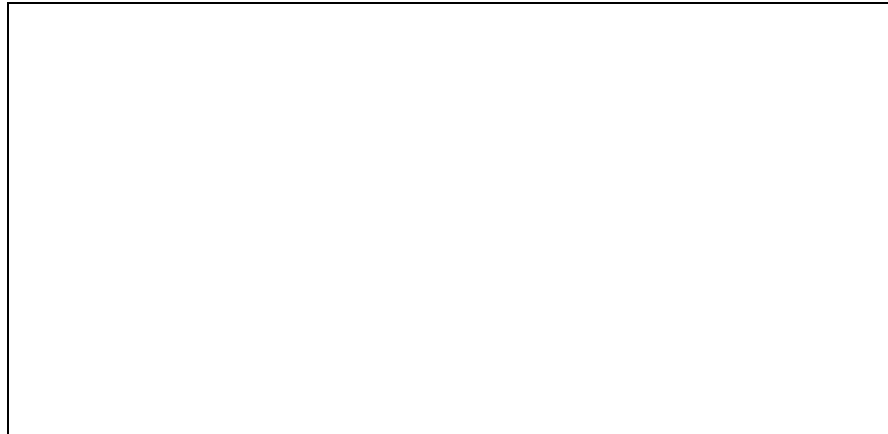
A atual fundamentação da educação dos surdos na legislação teve uma caminhada longa e suas possibilidades enunciativas foram mudando ao longo dos anos. À medida que se descobria a cultura surda e por esta a língua de sinais a legislação foi-se ampliando. A importância da educação de surdos foi sentida antes de 1961, um ano depois que Stokoe com sua pesquisa defendeu a língua de sinais com status de língua. Neste ano, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já estava legislando a respeito com dois artigos (88 e 89) referentes à educação dos excepcionais, garantindo, desta forma, o direito à educação. Esta lei, no artigo 89, registra que o governo vai se comprometer em ajudar as ONGS - organizações não-governamentais a prestarem serviços educacionais aos deficientes e entre eles os surdos.

Na Constituição brasileira de 1967 há alguns artigos assegurando aos surdos o direito de receber educação. Do mesmo modo a atual Constituição datada de 1988, abre espaço a nossos direitos à educação diferenciada uma vez que assegura nosso direito à diferença cultural. Segue o texto da constituição atual datada de 1998 onde um de seus artigos refere sobre a cultura..

art. 215. o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.



A cultura aí esta como que para garantir nosso lugar como diferença e fundamentar nossa educação. Ela emerge como constituidora dos fundamentos da educação no que têm de interferência as contradições de outras culturas na educação dos surdos.

Em 1973 com a criação do CENESP - Centro Nacional de Educação Especial o governo deu mais atenção à educação de surdos, este trabalho antes era delegado as ONGS.

No ano de 1996 com a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei confirmava com a Constituição Brasileira a educação de surdos. A nova LDB tem algumas inovações que permitem indicar melhor perspectivas governamentais e legislativas para a educação de surdos. Nesta há um capítulo dedicado à inclusão, bem como as escolas de surdos.

Mais importante contribuição trouxe o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que institui o ensino aos surdos na língua de sinais.

O fato de que o surdo é um sujeito que produz cultura baseada na experiência visual requer uma educação fundamentada nesta sua diferença cultural. Com isto a Constituição que assegura o direito a diferentes expressões culturais no povo brasileiro, faz antever a necessidade de serem respeitados os direitos culturais dos surdos. Para tanto já há uma série de legislações em

relação à educação do surdo, bem como em outros espaços sociais onde o surdo interage adquirindo o conhecimento, garantindo sua fundamentação cultural,. Na sociedade brasileira a legislação sobre os surdos é presente e de forma abundante. Isto faz antever a presença de uma serie complexa de legislações que não são para a exclusão, a captura, mas para o pleno direito à diferença. Estas legislações estabelecem alguns fatos obrigatórios por exemplo a educação especial, a educação inclusiva que, mesmo não garantindo o acesso à cultura surda, garantem o direito à educação. Mas também há legislação que estabelece o momento de uso pleno do direito cultural de acordo, seja ela Constituição Brasileira, seja com as demais leis educacionais.

O último decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 trouxe importantes inovações para a fundamentação da educação de surdos. Inclusive identifica os surdos como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais.

Paralelamente a esta legislação surge um contraste marcante onde alguns conflitos se situam em diferentes contextos teóricos como a educação especial que acompanha a teoria moderna; o bilingüismo fruto da teoria critica e o uso de língua de sinais e cultura surda fruto da teoria cultural em educação de surdos. Não obstante as diferentes concepções que levam a avanços ou recuos, os surdos brasileiros estamos bem protegidos por leis que servem de fundamentos a educação.

Há ainda algumas legislações controversas à cultura surda, como por exemplo: educar a audição, esta contestada pratica de responsabilidade da área da saúde e não da educação, mesmo esteja longe de atender ao legado cultural e que mais se serve para o intercultural surdo também é protegida por lei.

VOCE SABIA QUE...

Rômulo, o fundador de Roma, por volta de 753 a.C. decretou que todos os surdos recém-nascidos e crianças até aos três anos de idade teriam de ser inseminadas, porque eram um peso e problema para o Estado? (RADUTZKY, 1992)

Fundamentos legais a partir da cultura surda:

Com a Constituição comemora-se os avanços concedidos a presença da cultura surda na educação de surdos.

Os problemas da interação cultural só emergem nas fronteiras significativas das culturas onde significados e valores ajustam-se sob cada cultura. Assim a cultura dos índios, dos surdos, dos negros não é e nunca será a mesma. A cultura surda, sua realidade é determinada pela existência da língua de sinais, de jeito surdo de ser diferente, de viver, de entender o mundo. O conceito de cultura surda por vezes sofre com a predominância de uma cultura única, no entanto ela é produzida no momento da diferenciação, ocasionando quebra do domínio culturalista. A enunciação da diferença cultural problematiza a

CONCEITO

Culturalista: visão existente na teoria crítica que, segundo Thompson (2005, 26), significa atitude de superioridade de algumas culturas.

Já o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 no capítulo VI dá garantia do direito a educação nas escolas ou classes de surdos

no que refere a que tenham em seus quadros a língua de sinais, bem como a língua nacional vigente.

UNIDADE 05 - LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO DE SURDOS NOS DIAS ATUAIS

O fato de que o surdo é um sujeito que produz cultura baseada na experiência visual requer uma educação fundamentada nesta sua diferença cultural. Com isto a Constituição que assegura o direito a diferentes expressões culturais no povo brasileiro, faz antever a necessidade de serem respeitados os direitos culturais dos surdos. Para tanto já há uma série de legislações em relação à educação do surdo, bem como em outros espaços sociais onde o surdo interage adquirindo o conhecimento, garantindo sua fundamentação cultural,. Na sociedade brasileira a legislação sobre os surdos é presente e de forma abundante. Isto faz antever a presença de uma serie complexa de legislações que não são para a exclusão, a captura, mas para o pleno direito à diferença. Estas legislações estabelecem alguns fatos obrigatórios por exemplo a educação especial, a educação inclusiva que, mesmo não garantindo o acesso à cultura surda, garantem o direito à educação. Mas também há legislação que estabelece o momento de uso pleno do direito cultural de acordo, seja ela Constituição Brasileira, seja com as demais leis educacionais.

O último decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 trouxe importantes inovações para a fundamentação da educação de surdos. Inclusive identifica os surdos como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais.

Paralelamente a esta legislação surge um contraste marcante onde alguns conflitos se situam em diferentes contextos teóricos como a educação especial que acompanha a teoria moderna; o bilingüismo fruto da teoria critica e o uso de língua de sinais e cultura surda fruto da teoria cultural em educação de surdos. Não obstante as diferentes concepções que levam a avanços ou recuos, os surdos brasileiros estamos bem protegidos por leis que servem de fundamentos a educação.

Há ainda algumas legislações controversas à cultura surda, como por exemplo: educar a audição, esta contestada pratica de responsabilidade da

área da saúde e não da educação, mesmo esteja longe de atender ao legado cultural e que mais se serve para o intercultural surdo também é protegida por lei.

No Brasil, a língua de sinais é oficial como língua de uso dos surdos. É garantida pela lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e é interessante notar também que quase todos os Estados brasileiros já têm em seu quadro a lei que defende língua de sinais e a torna de uso oficial nestes Estados.

Sobre a oficialização da língua de sinais a nível nacional, ela já era garantida pelo Congresso Nacional em 1996 através do decreto:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação

Mais adiante segue o Projeto de Lei do Senado nº 180, DE 2004 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fazendo o enquadramento no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Com essa lei temos que a presença da língua de sinais se tornou fundamental na educação de surdos. Estes fundamentos foram solidificados com o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que intensifica estas afirmações e as regulamenta, inclusive tornando obrigatório o uso de língua de sinais não somente aos surdos mas também aos professores que os atendem bem como motivando a presença de interpretes.

Com relação a acessibilidade na comunicação:

É importante notar que não somente em educação mas em outros campos e entre eles na comunicação a lei se mostra presente para garantir o direito. Na lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 garante acessibilidade aos surdos no que se refere aos meios essenciais de participação social e da qual nos pode beneficiar.

O Artigo 17 desta lei explica que o Poder Público deverá promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação para garantir o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

E também para acessibilidade, no que refere aos surdos:

o art. 18 desta lei cita que: o poder público deverá implementar a formação de profissionais intérpretes de língua de sinais para facilitar qualquer tipo de comunicação direta ao surdo

Em relação a necessidade de comunicação visual para os surdos, o Art. 19 desta mesma lei propõe que se tomem iniciativas visando:

Medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da língua de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação.

Já o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 no capítulo VI é incisivo em afirmar que as instituições de ensino devem proporcionar tradutor/intérprete aos alunos surdos:

Art. 23 §2º.-As instituições privadas e públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas das referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso a comunicação e a educação.

É preciso ficar atento para fundamentar a educação dos surdos nos princípios legais que garantem ao surdo o direito a diferença!

CONCEITO

Enquadramento: refere ao grau de controle das formas de uso do processo. Assim o processo de enquadramento da língua de sinais no currículo é garantido por lei. A educação de surdos, seja na escola de surdos, seja a inclusão deve determinar e controlar, segundo a lei, a presença da língua de sinais garantindo sua proficiência entre os professores, funcionários e demais membros do contingente escolar.

UNIDADE 06 - AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Está havendo uma política em rumo apelidada de 'inclusão', a sociedade começa a perceber a existência de povo surdo e procura se organizar para recebê-los de forma adequada e os próprios sujeitos surdos começam a exigir seus espaços, sua representação de diferença cultural lingüísticos.

A inclusão não ocorre somente nas escolas, pode ocorrer também nos restaurantes, nos shoppings, nos trabalhos, nos órgãos públicos, nas lojas, nas igrejas e em outros ambientes de interação humana.

REFLEXÃO

Quando comentamos em '*incluir*' é porque tem sujeitos que estão 'excluídas' isto é, estão fora.

A educação inclusiva não se refere apenas aos sujeitos deficientes, refere também 'educação para todos', então vamos refletir, o fato desses sujeitos estarem dentro da escola significa que eles estão incluídos?

Voces sabem como começou a política de inclusão de surdos nas escolas de ouvintes?

No ano de 1994, os representantes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais.

Este documento declara as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação e ordena que as escolas devam

acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou lingüísticas.

A política evidenciada na Declaração de Salamanca foi adotada na maioria dos países e na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/96) observamos que em um de seus capítulos sobre a educação especial onde apóia e inclui parâmetros para a integração/inclusão do aluno especial na escola regular, a Declaração faz ressalva à situação lingüística dos surdos e defendeu as escolas e classes para eles (item 30).

O problema é que os governos não respeitam essa ressalva e trataram os surdos como os demais alunos.

Muitos especialistas alimentam os discursos de inclusão; sem perceberem as conseqüências deste processo que só tem contribuindo mais ainda para a frustração educacional dos sujeitos surdos. Estes especialistas não têm nenhuma experiência na prática em sala de aula com os sujeitos surdos acabando em colocarem-nos no mesmo patamar dos deficientes visuais, deficientes mentais e outros, sem se dar conta que os sujeitos surdos possuem uma identidade lingüística e cultural que os diferencia. Segundo SKLIAR:

Um dos problemas, na minha opinião, é a confusão que se faz entre democracia e tratamento igualitário. “Quando um surdo é tratado da mesma maneira que um ouvinte, ele fica em desvantagem”. A democracia implicaria, então, no respeito às peculiaridades de cada aluno – seu ritmo de aprendizagem e necessidades particulares (1998, p.37)

Sabemos que a proposta governamental é colocar o sujeito surdo na sala de aula junto com professores sem capacitação para trabalhar com surdos. Vemos muitos sujeitos surdos concluírem o Ensino Médio sem saber escrever sequer um bilhete.

Porque ocorreu este não escolarização dos mesmos?

Então os alunos surdos que antes que eram excluídos são agora sendo destituídos do direito de sua língua na inclusão dentro de escolas de ouvintes.

Mas vamos refletir: isto está sendo feito corretamente? Isto é o ideal? Realmente significa a 'inclusão' para os surdos?

Ao percorrer a trajetória histórica do povo surdo e suas diferentes representações sociais, procuramos alcançar a compreensão de 'o porque' que houve muitos sujeitos surdos tiveram fracassos na inclusão nas escolas de ouvintes.

Vamos refletir estes momentos históricos da exclusão, integração e inclusão por que passava a educação de surdos.

Embora sejam poucos estes registros frente ao povo surdo, vemos que historicamente o povo ouvinte sempre decidiu como seria a educação de surdos.

Na antiguidade não havia a preocupação de formação educacional de sujeitos surdos, uma vez que os mesmos não eram vistos como cidadãos produtivos ou úteis à sociedade.

A partir da Idade Média, muitos pedagogos e filósofos apaixonados pela educação discutiam sobre a integração social dos surdos: de qual integração se tratava? Qual seria o preço que o povo surdo iria pagar por esta integração?

Nesta fase o atendimento era voltado à filantropia e ao assistencialismo, os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias às instituições e asilos em regime de internato até que estivessem aptos para retornar para o convívio familiar, o que, invariavelmente acontecia no início da idade adulta.

Depois entra em cena a preocupação de resgatar os surdos do anonimato e trazê-los ao convívio social como sujeitos com direitos que mereceriam a atenção de todas as instituições educacionais organizadas e ocorreu a expansão do atendimento especializado com as campanhas de prevenção e identificação da surdez.

Com a inclusão dos surdos no processo educacional, vimos que esses sujeitos não desenvolveram o seu potencial em virtude que sujeitos ouvintes

queriam que os sujeitos surdos tivessem o modelo ouvintista, impondo-lhes o oralismo e o treinamento auditivo não respeitando a identidade cultural dos mesmos.

E com isto houve o desequilíbrio educacional dos sujeitos surdos.

Este discurso sobre a educação de surdos estava fora do contexto, pois muitas vezes os sujeitos surdos eram vistos como 'retardados' sendo poupados dos conteúdos escolares mais complexos, empurrados de uma série para outra série e também foram proibidas de compartilhar uma língua cultural do povo surdo, sendo tratados como débeis mentais com a eternização da infância.

Percebemos pelos relatos dos professores das escolas de ouvintes que, apesar de todos os obstáculos e dificuldades, alguns se mostram receptivos e abertos para dar continuidade ao processo e outros se mostram resistências em aprender de como lidar com alunos surdos.

Os povos surdos lutam pelas escolas de surdos, no entanto, a realidade é que existe no Brasil o total de 5.564 Municípios e é ofertado atendimento de educação especial 82,3% destes Municípios¹

REFLEXÃO

O que fazer com os sujeitos surdos que moram em cidades pequenas, onde não existe comunidade surda?

Como vamos tirá-los de perto de suas famílias e mandá-los para as escolas de surdos nas grandes cidades? Isto não é voltar na história para o passado?

¹ Fonte:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=62&Itemid=191>).

Hoje o Brasil conta com várias classes especiais, salas de recursos, ou seja, espaços educacionais para surdos dentro de escolas regulares e escola para surdos para garantir o atendimento de alunos surdos matriculados nas diferentes escolas brasileiras.

E os municípios menores poderão estar organizando atividades de educação em escolas pólos² sistematicamente, já que os sujeitos surdos necessitam interagir entre si para que a língua de sinais esteja em evolução e fluência lingüística.

O ideal é que na inclusão nas escolas de ouvintes, que as mesmas se preparem para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua de sinais, através de recursos visuais, tais como figuras, língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e o hábito de leitura, que recebam apoio de professor especialista conhecedor de língua de sinais e enfim, dando intérpretes de língua de sinais, para o maior acompanhamento das aulas. Outra possibilidade é contar com a ajuda de professores surdos, que auxiliem o professor regente e trabalhem com a língua de sinais nas escolas. Cito novamente Skliar:

Nesse sentido, a escola democrática é aquela que se prepara para atender cada um de seus alunos. Se ela não tem condições de fazer esse atendimento, o professor precisa entrar em contato com os órgãos competentes e discutir o tema. Como responsável por vários cursos de libras e de intérpretes, entendo que a formação de professores para atender a alunos surdos depende da convivência com a comunidade surda, a aprendizagem da língua de sinais e o estudo de uma pedagogia ampla. (1998, p.37)

Felizmente o MEC, freqüentemente por meio de sua valorosa Secretaria de Educação Especial, tem feito esforços crescentes para valorizar

a Libras e para garantir o seu ensino ao professorado, em observância estrita à lei federal 10.172 que determina o ensino de Libras aos surdos e familiares, e à lei federal 10.436 que determina que os sistemas educacionais federal, estaduais e municipais incluam o ensino da Libras como parte dos parâmetros curriculares nacionais nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério nos níveis médio e superior.

É importante refletirmos na pedagogia surda e procedimento intercultural. Esta nova proposta da 'pedagogia da diferença' inspira novos métodos de ensino na educação aos surdos, também propicia uma metodologia de ensino que produz o enunciativo do desejo de subjetivação cultural.

Leva em conta uma estratégia pedagógica e curricular de abordagem da identidade e da diferença, precisamente as contribuições da teoria cultural recente. Nesta posição, entra em discussão a construção da subjetividade que celebra a identidade e a diferença culturais.

Este é o procedimento de ensino ao surdo que acontece atualmente nos palcos das salas de aula, em presença de professores surdos e ouvintes, se bem que pouco visível, não pesquisado, mas presente.

Os professores comprometidos com o projeto da pedagogia da diferença têm por objetivo abrir base material e discursiva de maneira específica a produzir significado e representar a diferença surda nos seus projetos pedagógicos.

Seria um erro considerar esta diferente concepção de construção da subjetividade surda, como uma construção para um gueto como muitos referem. A diferença será sempre diferença.

A construção da subjetividade cultural é o objetivo mais presente nesta metodologia. Trata-se mais de uma concepção sociológica do surdo como pertencente a um grupo cultural. Prima pela sua diferença como construção

sociológica na defesa de uma liberdade social onde o sujeito surdo está presente e se torna capaz de desvencilhar-se das diversas pressões sociais durante a interação cultural, como no caso, no qual a sociedade lhe impõe o papel de deficiente.

O Brasil necessita perceber o sujeito surdo, como uma diferença lingüística e cultural. Como é que os governantes brasileiros e parte da sociedade defendem a inclusão de tantos grupos marginalizados, como uma forma de transformação social, se sequer conseguem notar as diferenças de quem está concretamente ao seu lado, sem ser notado?

(...) Compreendemos que não basta apenas transmitir nossos conhecimentos. É preciso que saibamos compreender, ouvir, atender as angústias, os anseios, ás lutas e, principalmente, reconhecer as conquistas, por menores que sejam, pois é de pequenos fragmentos que se constroem “pavilhões” (Lorenzetti, 2006)

CONCEITO

Escolas pólo: são as escolas de surdos ou escolas regulares com classes especiais que atendem somente surdos. Em alguns Estados Brasileiros existe estes serviços. Nas referidas escolas tem professor bilíngüe, interprete e instrutor surdo. Os alunos são da região ou regiões adjacentes

Regulação nos processos culturais - é no sentido que de acordo com a teorização pós-estruturalista que fundamenta boa parte dos estudos culturais a identidade cultural só pode ser compreendida como um processo social discursivo. Ela está em conexão com a produção da diferença.

REFLEXÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA:

- 1- Qual é o conhecimento dos professores que atuam com alunos surdos a respeito de surdos, identidade, cultura e língua?
- 2- Qual é a forma de comunicação utilizada na sala de aula com os alunos surdos?
- 3- Quais as dificuldades dos professores em relação com os alunos surdos?
- 4- Quais as sugestões dos professores para melhorar a qualidade de inclusão de sujeitos surdos em salas de aulas?

PARA LEITURAS COMPLEMENTARES SUGERIMOS

Declaração de Salamanca

(http://www.lerparaver.com/legislacao/internacional_salamanca.html)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)

(<http://www.rebidia.org.br/noticias/educacao/direduc.html>)

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001

(http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002

(<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>)

CONCLUSAO

Fundamentando a educação dos surdos em aspectos culturais a estamos fazendo com que ela se torne inovadora. Estamos desemaranhando a educação e invertendo o aspecto que ela tem de interferências, de criar um modelo pronto para o surdo. A história nos ensina que modelos prontos já existiram. Modelos para fazer o outro narrar-se, construir sua subjetividade determinada.

A lei nos empurra para frente, par a conquista de nossos direitos, nosso lugar cultural, nossa pedagogia, nossa história.

Nós surdos sempre soubemos que o desmantelamento da obrigação de nos espelharos na cultura ouvicentrica nos tornaria diferentes, nos tornaria inevitavelmente possuidores de nossa identidade como surdos. Aí esta nossa identidade, uma perigosa aventura de pensar no além, na diferença, construir nosso outro, nossa alteridade.

REFERÊNCIAS:

- BORNE, Roseclélia Maria Malucelli, *Representações dos surdos em relação à surdez e implicações na interação social*, dissertação de mestrado da UTP, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2002
- CHAMBERS, Ian. *Migración, cultura, identidad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1995.
- DORZIAT, Ana. *Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica*. http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL.HTM acessado: 22/04/2006.
- FELIPE, Tanya A. *A Função do Intérprete na escolarização do Surdo falante de Libras*. Texto da palestra. 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERNANDES, Eulália. *Surdez e Bilingüismo: Leitura de Mundo e Mundo da Leitura*. http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL.HTM acessado: 22/04/2006.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Propostas curriculares: entre o oficial e o alternativo*. 23ª Reunião Anual da ANPEd. 26/09/2000, Caxambu – MG.
- FREMAN, Roger D., CARBIN, Crifton F, BOESE, Roberto J. *Seu filho não escuta? Um guia para todos que lidam com crianças surdas*. Brasília: MEC/SEESP, 1999.
- GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.
- HALL, S. *Identidade culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- HALL, Stuart. *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LANE, Harlan. *A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

- LORENZETTI, Maria Lúcia. *A inclusão do aluno no ensino regular: a voz das professoras*. fonte: <http://72.14.203.104/search?q=cache:5RQqlgu6iVcJ:www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Atualidade01.pdf+inclus%C3%A3o+de+surdos&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=3>, acessado: 22/04/2006.
- PERLIN Gladis e MIRANDA WILSON. *Surdos: o Narrar e a Política* In Estudos Surdos – Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos nº 5, UFSC/ NUP/CED, Florianópolis, 2003
- PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- PERLIN, Gladis. *O Lugar da Cultura Surda*, In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), *A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004
- RADUTZKY, Elena. *Dizionario bilingüe elementare della língua italiana dei segni*, Roma, Itália, Edizioni Kappa, 1992.
- RÉE, Jonathan, *Os deficientes auditivos são uma nação a parte?*, Inglaterra, 2005.
fonte: <http://www.sentidos.com.br/canais/materia.asp?codpag=7809&codtipo=1&subcat=31&canal=visao> acessado em 17/03/2005
- ROCHA, Everardo. *O Que É Etnocentrismo?* Editora Brasiliense, 1984.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Os Estudos Surdos*. 2004.
www.feneis.org.br/educacao/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm
acessado em 20/11/2005
- SILVA Tomaz. T. da. A produção Social da identidade e da diferença. In SILVA T. T. da (Org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Silva. Tomaz.T. *Contrabando, incidentes de fronteira: ensaios de estudos culturais em educação*. Porto Alegre. 1998.
- SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- _____ *A forma visual de entender o mundo. In Educação para todos . Revista especial, SEED/DEE Curitiba, Editora Expediente, 1998- a*

- _____ *Una mirada crítica sobre la educación bilingüe para sordos. Política de las identidades sordas y multiculturalismo.* I Congresso Ibero-Americano, Lisboa, Portugal, julho de 1998- b
- STROBEL, *Surdos: vestígios culturais não registrados na história.* Dissertação de mestrado em fase de elaboração, na área de educação GES / UFSC, 2006.
- SUTTON-SPENCE, Raquel. *Narrativa e poesia da língua de sinais.* Florianópolis, UFSC: 2005.
- VILHALVA, Shirley. *Língua Brasileira de Sinais: 121 anos de proibição da língua que sempre esteve viva para a comunidade surda.* 24/05/2004
Fonte: <http://www.tvregional.com.br/colunistas.php?IDc=9&IDa=8>.
acessado: 22/04/2006.
- WIDELL, Joanna *As fases históricas da cultura surda,* Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez nº 6 – Ano 5 UFSC- Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz T. (Org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000.
- WRIGLEY, Oliver. *Política da Surdez,* Washington: Gallaudet University Press, 1996.